

4º Lugar

Integração do Conhecimento Contábil à Prática de Participação Social: a Percepção dos Conselheiros Municipais de Assistência Social do Rio de Janeiro¹

Integrating Accountancy Knowledge to Social Participation: the Perception of Social Welfare Councilors of Rio de Janeiro

Artigo recebido em: 10/09/2021 e aceito em: 27/10/2021

Manuela de Almeida Fernandes Ferreira

Rio de Janeiro – RJ

Mestre em Ciências Contábeis pela UFRJ²Especialista Legislativo da ALERJ³

mafferreira@alerj.rj.gov.br

Fernanda Figueiras Sauerbronn

Rio de Janeiro – RJ

Doutora em Administração pela Ebape/FGV⁴Professora Associada do PPGCC/UFRJ⁵

fernanda.sauerbronn@facc.ufrj.br

RESUMO

A contabilidade, enquanto área do conhecimento, representa um domínio importante para os que tomam parte dos mecanismos de participação social, visto que atua como um interlocutor entre a administração pública e a sociedade. Os conselhos gestores de políticas públicas, apesar de configurarem um instrumento essencial da participação popular, necessitam superar algumas limitações, sobretudo quanto à construção da força argumentativa de seus participantes. Isso requer um processo de formação do conhecimento que dialogue com as experiências dos sujeitos nesses espaços. Assim, esta pesquisa procurou analisar, a partir da percepção dos conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, como o conhecimento contábil requerido nas atividades da instituição se intergra às experiências de participação social. Para isso, o estudo trouxe aportes teóricos de Paulo Freire, na tentativa de compreender

a importância das experiências reais dos indivíduos na apropriação de conhecimentos ditos “técnicos”. Quanto aos métodos, utilizaram-se as técnicas de observação não participante de assembleias e de análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas realizadas com conselheiros e membros do corpo técnico do conselho e da Secretaria Municipal. Foram identificados cinco fatores da percepção dos conselheiros na integração desse conhecimento com a experiência participativa: a aproximação com a prática; a adaptação da linguagem; o tempo de apropriação; a dialogicidade do processo informacional; e a conexão com a política.

Palavras-chave: Conhecimento Contábil, Participação Social, Conselhos Gestores.

ABSTRACT

As a field of study, accounting represents an important domain for participants in decision-making processes, acting as a mediator between public administration and society as a whole. Although an essential instrument of popular participation, Public Policy Management Councils must overcome some limitations, especially regarding the construction of the argumentative force of their participants, which requires a process of knowledge formation that dialogues with subjects' experiences within these spaces. Therefore, this research sought to analyze, based on the perception of the councilors of the Municipal Council for Social Welfare (CMAS) of Rio de Janeiro, how accountancy knowledge required in activities of the institution is integrated into the experiences of social participation. In an attempt to understand the importance of the real experience of individuals in the appropriation of the so-called “technical” knowledge, this study brought theoretical contributions from Paulo Freire. The issue was analyzed by means of non-participant observation of assemblies as well as by semi-structured interviews with

¹O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

²Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22290-240.

³Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20040-000.

⁴Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22231-010.

⁵Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22290-240.

councilors and members of the technical staff of both CMAS Rio and the Municipal Secretariat for Social Services and Human Rights. The results indicate five factors in counselors' perception of the integration of this knowledge with participatory experience, namely: approximation with practice; language adaptation; appropriation time; dialogicity of the informational process; and connection with politics.

Keywords: *Accountancy Knowledge, Social Participation, Management Councils.*

1 INTRODUÇÃO

Os conselhos gestores de políticas públicas, instâncias participativas previstas na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), constituem uma ferramenta importante na busca pelo ideal democrático de participação social, sendo concebidos para captar demandas sociais e ampliar as possibilidades de deliberação pública (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012; LÜCHMANN, 2007). A aplicação desse modelo pressupõe, portanto, argumentação, concessão e contraposição de ideias entre os participantes na construção das decisões que envolvam as políticas setoriais (FARIA; SILVA; LINS, 2012).

No entanto, embora os conselhos tenham sido constituídos para esse ideal deliberativo, a literatura aponta para algumas fragilidades dessas instituições, que muitas vezes se limitam ao atendimento formal de normas para viabilizar o recebimento de recursos (PINHO; SACRAMENTO, 2009) e apresentam reduzido poder de deliberar e impor suas decisões sobre a condução das políticas setoriais, participando apenas de questões que tangenciam a gestão (AZEVEDO; CAMPOS; LIRA, 2020; COSTA; SAUERBRONN; LOURENÇO, 2018; GOMES, 2015). O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, por meio de um estudo realizado em 2011 acerca da efetividade das instituições participativas no Brasil, definiu alguns desafios e dificuldades de atuação dessas instâncias, destacando a necessidade de capacitações centradas no aprendizado coletivo que possam não somente qualificar cognitivamente o debate, como incentivar e produzir significados para a experiência dos participantes (CAMPOS, 2011). Para isso, o referido estudo considera ser preciso integrar as experiências dos sujeitos nos processos de capacitação dos conselhos, dada a pluralidade de ações,

a diversidade dos atores e o universo complexo e dinâmico de cada área de política pública.

Nesse panorama, a contabilidade, enquanto ferramenta comunicativa, se configura como um instrumento potencialmente democrático, caso sejam ultrapassadas as concepções tradicionais que restringem esse campo a abordagens técnico-racionalistas (BROWN; DILLARD, 2015). A partir da inserção do campo do conhecimento contábil em práticas sociais comunicativas que incentivem os atores a se tornar criticamente reflexivos sobre suas representações, a área contábil pode ser capaz de superar a lógica simplista dominante ao assumir explicitamente fatores da complexidade e da ambiguidade de sua ação em determinados contextos (BROWN; DILLARD, 2019; GALLHOFER; HASLAM, 2019).

A partir dessa perspectiva, que considera a relação direta com a prática um elemento-chave para conciliar a contabilidade a abordagens democráticas, e avaliando a proximidade do objeto deste estudo às demandas da população vulnerável, a pesquisa se aproxima dos estudos de Paulo Freire (1967, 1970), que concebia a prática coletiva e as experiências dos sujeitos como fatores transformadores na construção do conhecimento e da consciência no processo de emancipação das classes populares.

Nesse sentido, objetiva-se, neste estudo, compreender, a partir da percepção de participantes do controle social, como o conhecimento contábil se integra com as práticas participativas nas atividades de um conselho gestor de políticas públicas. Considerando a relevância da atuação dessas instituições no campo da assistência social, em função de constituir uma área de intensa disputa política em torno de seu orçamento (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012), bem como devido à complexidade das demandas assistenciais, sobretudo nas grandes cidades (ALCHORNE, 2012; BITENCOURT; PAIVA; PAIVA, 2019), foi selecionado, como objeto de estudo, o Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (CMAS Rio).

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A Contabilidade como Instrumento de Controle Social

Conforme expresso pelo *Manual de contabilidade aplicada ao setor público* (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2018, p. 32), a informação contábil pública,

sobretudo em seu aspecto orçamentário, possibilita “o exercício da cidadania no processo de fiscalização da arrecadação das receitas e da execução das despesas, bem como o efetivo controle social sobre as contas dos governos federal, estaduais, distrital e municipais”. Na mesma direção, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016) estabelece que tais informações instrumentalizam o controle social e fornecem subsídios para o processo decisório relativo ao orçamento governamental.

Apesar das previsões normativas que atribuem à contabilidade a representação de um instrumento de democratização de informações e de controle social, alguns estudos contestam essa abordagem convencional, apontando que o domínio da contabilidade *mainstream* e seu aspecto monológico limita o poder democratizante deste campo do conhecimento e dificulta o desenvolvimento de análises críticas que dialoguem com outras áreas do conhecimento (ALEKSANDROV; BOURMISTROV; GROSSI, 2018; BROWN; DILLARD, 2015; LOURENÇO; SAUERBRONN, 2016; MOLISA; VANDANGOMBO; BROWN, 2012).

Para alcançar novas concepções, a contabilidade precisa ser compreendida nas suas amplitudes e dicotomias: como uma prática que comunica e sobre a qual se pode comunicar; e como um processo que informa ao mesmo tempo que busca chegar à compreensão do que pretende representar, por meio de práticas de diálogo e de deliberação em diferentes arenas comunicativas (GALLHOFER; HASLAM, 2019). Sobre essa questão, Brown e Dillard (2015) enfatizam a necessidade de romper a lógica tradicional mediante a exposição da contabilidade ao escrutínio público e a partir de sua inserção em redes interdisciplinares de discussões, buscando ir além das perspectivas técnico-racionalistas desse campo, que falham ao abordar o lado conflituoso das relações sistêmicas e pluralistas da democracia.

Como possibilidade de trazer luz a essas questões e novas opções para a ciência contábil, Brown (2009) propõe abordagens alternativas para esse campo que ponderem diferenças e considerem conflitos ideológicos e interpretativos em suas análises, apresentando um conjunto de princípios que sustentariam essas concepções, dentre os quais se destaca, para fins deste estudo, o estímulo ao acesso de não especialistas ao ambiente de discussões contábeis. Para isso, demonstra que, em abordagens monológicas,

a informação dita “técnica” é frequentemente usada para excluir indivíduos de processos políticos, apontando para a necessidade de criação de mecanismos que desenvolvam habilidades e que auxiliem a compreensão de questões contábeis pelo público leigo, de maneira a fomentar o envolvimento do cidadão comum em discussões públicas.

Com o intuito de explorar outros caminhos para a democratização da contabilidade, alguns autores propõem abordagens emancipatórias para esse campo, dentre as quais se destaca a linha desta pesquisa: a inserção da ciência contábil em redes interdisciplinares de discussões (BROWN; DILLARD, 2015; JACOBS; CUGANESAN, 2014; LOURENÇO; SAUERBRONN, 2016; PARKER; GUTHRIE, 2014); o estímulo ao acesso de não especialistas ao ambiente de discussões contábeis (BROWN, 2009; MOERMAN, 2006); a busca por formas alternativas de assimilação do conhecimento contábil pelo público leigo (DAVISON, 2015; MARRIOT; MCGUIGAN, 2018); e o engajamento da contabilidade no nível da práxis, buscando compreender as subjetividades das experiências reais com a prática contábil (CATCHPOWLE; SMYTH, 2016; NEU; COOPER; EVERETT, 2001).

Para fins deste estudo, considera-se interessante conceber que há diferentes métodos e formas de compreensão do conhecimento contábil, dada a diversidade dos atores envolvidos na pesquisa e por tratar-se de um público leigo na área.

2.2 A Construção do Conhecimento em um Espaço Político e Multidisciplinar

Ao abordar a temática do conhecimento, parte-se da ideia de que o saber não é absoluto e é indissociável das práticas sociais, conforme apontam Maturana e Varela (2010) ao afirmar que a construção do conhecimento pelos indivíduos não ocorre de forma passiva, mas pelas diferentes formas de interação social.

Segundo Sanchis e Mahfoud (2007), essa concepção vai ao encontro dos estudos de Piaget, que trata o conhecimento como uma integração entre a ação do sujeito e o objeto do conhecimento. Assim, os autores apontam que, na visão de Piaget, essa estruturação se dá a partir de uma relação mediada pelo próprio sujeito, que assimila, para além do objeto puro, o resultado dessa interação, construindo novas formas de compreender a realidade.

Nesse sentido, ao considerar que o conhecimento não se constrói de forma absoluta, assume-se que as contradições e a incerteza fazem parte desse espectro de complexidade (MORIN, 2001). Para Morin (2001), o desafio dessa construção complexa consiste em ultrapassar a fronteira do pensamento formalizante e quantificante e ir em busca de um pensamento multidimensional e dialógico.

Essa ideia remete aos estudos de Paulo Freire (1967, 1970), que considerava a prática coletiva e as experiências do sujeito como elementos transformadores no processo de construção do conhecimento e de emancipação das classes populares. Nesse sentido, ao abordar a temática da formação de saberes não apenas acadêmicos, como da vivência prática em uma instância de controle social que contrapõe conhecimentos teóricos a aspectos da experiência de quem vivencia direta e indiretamente a política assistencial, considerou-se oportuno, para este estudo, basear-se na concepção freiriana de educação e emancipação.

Sendo o conselho objeto deste estudo um espaço político de representação paritária entre governo e sociedade civil, esta última dividida em grupos distintos e plurais, assume-se que esse ambiente de discussões possibilita o embate entre elementos sociopolíticos de experiências de demandas advindas da diversidade de seus atores e conhecimentos burocráticos da administração pública. Conforme apontam Bravo e Correia (2012), a depender de aspectos relacionados à qualidade da argumentação e da articulação de forças que representem os interesses das classes populares em torno de um projeto de sociedade, os conselhos gestores podem se constituir tanto como espaços de ampliação democrática como em mecanismos de legitimação do poder e de cooptação de movimentos sociais pelo aparato estatal.

Complementando a ideia dos diferentes sentidos que a dimensão política pode assumir, destaca-se a visão gramsciana, que diferencia duas faces do domínio da política: a “grande política”, relativa a questões mais amplas relacionadas à manutenção e transformação da estrutura do Estado e situada na esfera das ideologias orgânicas, e a “pequena política”, referente a um sentido mais restrito relacionado a práticas políticas cotidianas que ocorrem no interior de uma estrutura já estabelecida ligadas à manutenção de poder, ou seja, a política “de corredor”, de intrigas e barganhas (SOUZA FILHO; DURIGUETTO, 2016).

Para fins desse estudo, considera-se oportuno analisar o objeto para além da construção do conhecimento que instrumentaliza suas ações de controle, complementando a perspectiva analítica sob o prisma dessas dicotomias, quais sejam, entre aspectos da burocracia estatal e de demandas dos atores sociais envolvidos, entre dimensões técnicas e políticas presentes nessa instância de controle, bem como entre os diferentes sentidos que a dimensão política pode assumir nesse espaço.

3 METODOLOGIA

3.1 Identificação do Objeto de Estudo <sub2>

A pesquisa teve como objeto de estudo de caso único o CMAS Rio. Essa instituição, criada pela Lei nº 2.469/1996 (RIO DE JANEIRO, 1996), constitui uma instância colegiada paritária entre governo e sociedade civil, possui caráter permanente e tem poder normativo, deliberativo e controlador da política de assistência social da cidade do Rio de Janeiro. O conselho está vinculado à estrutura do órgão municipal gestor da política de assistência social, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH).

Conforme determina seu Regimento Interno (RIO DE JANEIRO, 2002), o CMAS Rio é composto por representantes de órgãos públicos e por representantes da sociedade civil, dividida entre grupos de usuários da assistência social, de trabalhadores da área de assistência social e de entidades não governamentais prestadoras de serviços. Compõem o conselho vinte titulares e seus respectivos suplentes, com mandato de dois anos passível de uma única recondução por igual período.

A assembleia constitui a instância máxima de deliberação do conselho e tem como atribuição especial e privativa a apreciação e a deliberação sobre a política assistencial, bem como a apreciação e decisão sobre todas as matérias de competência do CMAS Rio.

3.2 Caracterização da Pesquisa e Procedimentos Metodológicos

O trabalho foi realizado mediante pesquisa de campo e consistiu em um estudo de caso, cuja escolha se justifica por ser essa uma estratégia de pesquisa destinada a analisar o

contexto dos processos relacionados à questão estudada para compreender práticas cotidianas e seus significados para os indivíduos envolvidos (HARTLEY, 2004).

A primeira etapa de coleta de dados utilizada para esse estudo consistiu na observação não participante de seis assembleias ordinárias do CMAS Rio realizadas entre outubro de 2019 e junho de 2020, sendo quatro delas ocorridas presencialmente e duas de forma virtual, em decorrência da pandemia de Covid-19. Por meio delas, realizou-se o primeiro contato com o objeto de estudo, o que possibilitou formar as impressões iniciais sobre o tema estudado e um rascunho mental da maneira como a pesquisa iria se delinear.

Para a fase seguinte, em relação à seleção dos entrevistados, considerou-se interessante para fins deste estudo construir um grupo diversificado de atores, para

que os pontos de vista pudessem ser considerados sob diferentes perspectivas. Nesse sentido, buscou-se selecionar conselheiros do governo e dos três diferentes grupos da sociedade civil, bem como um membro do corpo técnico do conselho e dois membros (servidores públicos) da SMASDH, já que essas instâncias dão suporte direto aos conselheiros.

No total, foram realizadas 12 entrevistas, de forma remota em função da pandemia, entre os dias 20 de abril de 2020 e 18 de julho de 2020, sendo uma delas por chamada de vídeo e as demais por chamada de áudio.

A Tabela 1 traz informações detalhadas das entrevistas e do perfil dos entrevistados. Entre os conselheiros representantes da sociedade civil, distinguiu-se a qual dos três grupos desse segmento o entrevistado pertence.

Tabela 1: Informações das entrevistas e perfil dos entrevistados

Cód	Função	Grupo	Gestão	Data	Duração
SCE1	Conselheiro da sociedade civil	Entidades	Atual	20/04/2020	0:57:54
SCE2	Conselheiro da sociedade civil	Entidades	Atual	14/05/2020	0:33:28
SCT1	Conselheiro da sociedade civil	Trabalhadores	Atual	05/05/2020	0:51:31
SCT2	Conselheiro da sociedade civil	Trabalhadores	Atual	24/06/2020	1:08:01
SCU1	Conselheiro da sociedade civil	Usuários	Atual	27/06/2020	0:57:21
SCU2	Conselheiro da sociedade civil	Usuários	Atual	10/07/2020	0:52:13
GV1	Conselheiro governamental	N/A	Atual	13/05/2020	2:14:05
GV2	Conselheiro governamental	N/A	Anterior	29/05/2020	0:31:18
GV3	Conselheiro governamental	N/A	Atual	19/06/2020	0:58:21
AT1	Membro da assessoria do CMAS	N/A	Anterior	18/07/2020	0:40:09
SM1	Membro da SMASDH	N/A	N/A	28/05/2020	1:20:02
SM2	Membro da SMASDH	N/A	N/A	26/06/2020	1:30:51

Fonte: Elaborada pelas autoras.

4 RESULTADOS

Nesse capítulo estão apresentados os resultados da pesquisa obtidos pelas fontes do estudo – observação não participante de assembleias e entrevistas semiestruturadas realizadas com membros do CMAS Rio e da SMASDH. Procurou-se apresentar uma forma analítica que ponderasse alguns aspectos emergidos da pesquisa de campo, relativos

a perspectivas da experiência participativa na construção do conhecimento contábil no CMAS Rio, dialogando com a base teórica desenvolvida. Foram identificados cinco elementos da prática participativa na construção desse conhecimento, apresentados separadamente ao longo dos tópicos de análise: aproximação com a prática; adaptação da linguagem; tempo de apropriação; dialogicidade do processo informacional; e conexão com a política.

4.1 Aproximação com a Prática

Ao serem questionados sobre a construção do conhecimento contábil, os entrevistados manifestaram percepções que ultrapassam o entendimento da estruturação pura do conhecimento formal. Um desses apontamentos diz respeito ao fato de as abordagens orçamentárias da contabilidade muitas vezes serem conduzidas de forma distante do dia a dia da política assistencial. Conforme exposto pelos respondentes AT1 e SCU2, a aproximação da prática assistencial na abordagem de assuntos relativos ao orçamento público representaria um elemento determinante para a apropriação desses conhecimentos pelos conselheiros:

É muito difícil, porque você precisa lidar com a situação prática pra você entender. Você não vai registrar conhecimentos tão distantes do seu dia a dia [...] você precisa tá ali, com o documento na mão, você precisa tá com a situação diante de você e aí você vai aplicar esse conhecimento (AT1).

É complicado. Eu acho que o conselho deveria trabalhar muito com a prática, com a realidade [...] é tudo muito técnico. Muito técnico. São termos técnicos, eu acho que devia trazer isso um pouco mais pra realidade, pro mundo aqui fora (SCU2).

Entendendo a construção do conhecimento como algo indissociável das práticas sociais, (MATURANA; VARELA, 2010), percebe-se a relevância de desenvolver uma compreensão dos conselheiros sobre o tema que dialogue com a execução da política pública.

A necessidade de aproximação da realidade de quem vivencia a política assistencial, no processo de aprendizagem dos temas tratados pelos conselheiros, remete ao pensamento de Paulo Freire (1967, 1970), para quem a prática se apresenta como uma ferramenta fundamental da pedagogia, sobretudo no que diz respeito à aquisição de conhecimento pela “massa dos superexplorados e dos pauperizados” (FREIRE, 1967, p. 26). Segundo o autor, o ensino das massas deve conceber o educando como um ator participante e crítico, ao possibilitar que ele exponha aspectos de sua própria realidade e dialogue

com os conhecimentos apresentados. Para isso, Freire (1967, p. 7) aponta que os métodos de ensino não podem “limitar-se jamais ao estrito aprendizado de técnicas ou de noções abstratas”.

Considera-se, portanto, relevante que o conhecimento ofertado nas capacitações inclua aspectos das realidades dos participantes. Isto posto, a aproximação com a prática poderia vir a influenciar a apropriação dos conhecimentos ofertados pelos conselheiros e, como consequência, o próprio controle realizado pelo conselho. Este ponto remete ao estudo de Chung e Windsor (2012), que reitera a importância desse tema ao abordar novas possibilidades emancipatórias para a área contábil que permitam informar e educar os oprimidos sobre a relevância e o impacto da informação contábil em suas vidas.

4.2 Adaptação da Linguagem

Outra percepção relatada pelos entrevistados referente à construção do conhecimento contábil no ambiente do CMAS Rio diz respeito à dificuldade de assimilação de informações em virtude do formato técnico e da complexidade das abordagens orçamentárias, conforme apontado pelo respondente SM2:

As informações acerca do orçamento público, elas sempre são apresentadas de forma complexa. Ou com uma aparência complexa. [...] Então, cria-se um mito de que ninguém vai entender orçamento, de que orçamento é muito complicado... que discutir o orçamento é difícil, só especialista vai entender. E com isso, as pessoas se afastam.

O entrevistado SM2 complementa ainda essa visão, enfatizando a necessidade de simplificar as abordagens orçamentárias para que o público leigo tenha condições de compreender as apresentações e deliberar sobre o assunto de forma apropriada:

De um modo geral, se trata as, as questões orçamentárias de forma acastelada. [...] Então isso traz uma insegurança pras pessoas, elas olham aquelas informações e falam “Meu Deus, o que que é isso?” Só que tudo aquilo poderia ser explicado de forma mais simples, com certeza. Mas não é e isso é estratégico.

Porque quanto mais você explicar as questões orçamentárias, quanto mais você des-trinchar a informação, mais efetivo se torna o controle social (SM2).

Do ponto de vista dos atores leigos, o entrevistado SCU2 se alinha a essa perspectiva, reforçando a importância da exemplificação para dar clareza às explicações: “É tudo muito técnico. Muito técnico. [...] Eles tentam explicar de uma forma mais clara pra gente, dando até exemplos”.

Essa visão corrobora achados de estudos anteriores (DAVISON, 2015; LEAL; CORNACHIONE JUNIOR; CASA NOVA, 2019; MARRIOT; MCGUIGAN, 2018) que, ao analisar a assimilação do conhecimento contábil pelo cidadão comum, apontam para a necessidade de desenvolvimento de formas pedagógicas alternativas, dada a essência complexa e, por vezes, abstrata da área.

Nesse sentido, considera-se que o caminho para democratizar o conhecimento passa por desenvolver mecanismos que possibilitem à comunidade leiga interagir com o produto da atividade científica (GUERRA, 2012), no caso, a contabilidade. Segundo Guerra (2012, p. 21), a atividade científica precisa sair do imaginário popular como uma “‘caixa-preta’, pronta, acabada, indecifrável, em que alguns luminosos seres humanos – os cientistas – a constituem e a decifram”.

4.3 Tempo de Apropriação

Ao apontar suas percepções sobre as dificuldades encontradas pelos conselheiros na apropriação de conhecimentos contábeis, os entrevistados relataram um elemento temporal dessa construção. Segundo eles, por tratar-se de temas distantes da realidade da maioria dos conselheiros, o tempo para que esses conhecimentos sejam apreendidos constitui um fator importante nesse processo. Adicionalmente, foi relatado que o processo de aprendizagem dos conselheiros é lento, dada a complexidade e amplitude dos assuntos tratados no conselho, e que, muitas vezes, o conselheiro só demonstra ter se apropriado, de fato, dos temas ao final de seu mandato, o que acaba dificultando sua interação nos processos deliberativos durante sua jornada no conselho: “Os conselheiros ficam batendo cabeça ali, e até conseguir entender como funciona o conselho, acaba a gestão deles. Acaba a gestão. E aí eles não conseguem propor trabalhos efetivos pra qualificar” (AT1); “alguns

conselheiros passam boa parte do tempo deslocados e tentando entender que espaço é esse, e quando eles começam a entender um pouquinho, acaba aquela gestão e entra outra” (SCT1).

Os obstáculos à continuidade do processo de formação dos conselheiros, identificados na fase de entrevistas, apontaram para o resgate de uma fala presenciada anteriormente, durante a observação não participante da assembleia ordinária de novembro de 2019. Durante um aparte, uma conselheira expôs que, apesar de todo o assessoramento técnico existente no CMAS Rio, o tempo de dois anos de mandato não permite que o conselheiro se aproprie de todas as questões relacionadas à política assistencial, ao orçamento e ao controle do fundo de assistência do município, ressaltando a importância das Comissões Locais de Assistência Social para a formação contínua no controle social.

De acordo com a Deliberação nº 295/2007 do CMAS Rio (RIO DE JANEIRO, 2007), que tornou público o Regimento Interno de normatização e funcionamento das Comissões Locais de Assistência Social, esses instrumentos foram criados com o objetivo de contribuir com a democratização da política descentralizada de assistência social, incrementando a participação popular no controle social da área. Essas instâncias funcionam como uma via de mão dupla no controle social da assistência: são os olhos e os ouvidos dos conselhos municipais, já que integram usuários assistenciais “nos mais variados espaços da cidade[,] que passam a ter olhares e escutas qualificadas sobre a realidade social da sua área de abrangência” (PRISCO, 2014, p. 276), e se instituem como vozes dos conselhos, à medida que proporcionam acesso e divulgação de suas ações, constituindo-se como propagadores e multiplicadores da informação (TEIXEIRA, 2011).

A partir da articulação entre a fala presenciada na assembleia e as percepções dos conselheiros a respeito da dificuldade de desenvolvimento contínuo da capacitação dentro do conselho, optou-se por buscar compreender, durante as entrevistas, como os participantes enxergam o potencial das comissões locais para a formação regular de uma base de conhecimento orçamentário para o controle social: “A comissão local é riquíssima pra você poder dialogar. Porque a comissão local tem representante de todos os segmentos. Na comissão local, você já pode tá formando

as novas gestões” (AT1); “são grupos das entidades tanto da rede socioassistencial, da sociedade civil, como também da pública [...] então tem tanto a questão da troca do conselho, como pra informar, enfim, pra levar o acesso à informação” (GV2).

Diante do que foi apontado pelos entrevistados, as potencialidades de desenvolvimento das Comissões Locais de Assistência Social se configuram como possibilidades interessantes de aprimoramento do controle social a partir do plano local. Conforme sugere Abrucio (2005), a tentativa de democratizar o plano local a partir da ideia de descentralização constitui uma possibilidade de romper com estruturas oligárquicas regionais, dando maior visibilidade da utilização dos recursos públicos à sociedade. Na mesma direção, a participação local aproxima os problemas reais da população das instâncias decisivas do poder público, o que pode gerar proposições e ações mais condizentes com os interesses regionais (PASTOR, 2007).

4.4 Dialogicidade do Processo Informacional

Outro relato importante a respeito de elementos da prática dos conselheiros com a contabilidade diz respeito ao formato e à maneira pela qual a informação contábil é veiculada no CMAS Rio. Quanto à forma, foi relatada a dificuldade de absorver informações fragmentadas, conforme exposição do entrevistado SCE1:

A gente capta que o que nos traz dificuldade é a informação partida. [...] As planilhas que chegam pra nós são planilhas do movimento. Mas não fecham o todo. [...] É complicado, você tem três quebra-cabeças numa mesa pra você fazer três imagens, só que, as imagens, não diz [sic] as peças são de qual quebra-cabeça...

Essa percepção também foi exposta pelo entrevistado SCT1, ao apontar:

É separado, então o setor apresenta o orçamento e o financeiro; depois vem a finalística, a proteção básica, e vai falar dos equipamentos que funcionaram, quantos atendimentos [...]. Então fica difícil de você compreender se aquele recurso que você tá dizendo, se ele é pouco ou se ele é muito.

Nesse sentido, é possível considerar que a falta de encaideamento de informações relatada pelos entrevistados acarrete a invisibilidade de alguns elementos informacionais úteis à compreensão das matérias contábeis pertinentes ao controle dos conselheiros. No âmbito da administração estatal, o sentido público da informação produzida pelo Estado pressupõe, para além do direito ao acesso físico às informações pelo cidadão comum, a dimensão comunicacional dessa informação, que requer linguagem, formato e fluxo adequados à sua apropriação (BATISTA, 2010).

Além disso, infere-se que há um incômodo em relação a essa divisão da informação e uma tentativa de superar a parcialidade e a fragmentação dos dados apresentados a partir da reivindicação dos conselheiros de que as diferentes áreas da gestão municipal e as comissões do conselho – incluindo a comissão de orçamento – dialoguem e contraponham suas informações durante as apresentações das áreas, como forma de melhorar seu entendimento e sua apropriação pelos conselheiros, conforme reforçado pelo respondente SCE1:

Uma das coisas que a gente tem brigado bastante é que as reuniões têm que ser intercaladas por reuniões com pessoas da própria gestão, ou então das áreas técnicas específicas, e também com a equipe de política, porque [...] a comissão de política vai monitorar [...] o fazer técnico-operativo. E a, a comissão de orçamento, ela acompanha o fazer técnico-orçamentário [...] vai olhar números. Mas os números, é o que eu digo lá, o número assim não me diz nada.

Tais considerações denotam um distanciamento entre a esfera orçamentária, a prática operativa e a própria gestão da política assistencial. Esse diálogo aparenta ser fundamental para que os conselheiros que participam das apresentações assimilem aspectos da experiência prática da política assistencial e os correlacionem às informações orçamentárias trazidas para a deliberação do conselho.

Essa perspectiva exposta pelos entrevistados dialoga com a literatura de Morin (2002), que destaca a urgência de promover a articulação entre os diferentes campos disciplinares e a contextualização social sobre o que é tratado a partir deles. Do ponto de vista específico da ciência contábil, alguns autores salientam a importância

do desenvolvimento de pesquisas interpretativas e críticas que dialoguem com outras áreas de conhecimento e da abertura desse campo ao debate público de forma a tornar a contabilidade mais abrangente e plural (BROWN; DILLARD, 2015; LOURENÇO; SAUERBRONN, 2016).

4.5 Conexão com a Política

Por se tratar de uma arena de controle em que aspectos técnicos e políticos se misturam nos temas tratados, considerou-se ser oportuno, para esta pesquisa, trazer elementos da conexão com a política relacionados aos conhecimentos contábeis, sobretudo ao orçamento público. Pelo fato de os instrumentos orçamentários se constituírem como mecanismos de materialização de interesses e de disputas por lobbies político-eleitorais (SALVADOR, 2011), julgou-se necessário trazer alguns extratos de falas que expõem a relação do orçamento e da gestão municipal com elementos da política tradicional:

A gente tem um troca-troca de secretários. Secretários que vêm de passagem. Tem secretário que parece que vem pra assistência só como um palanque pra se tornar conhecido e fazer sua plataforma política [...]. E aí não tem aquele comprometimento, “eu sou gestor dessa pasta, eu vou brigar pelo orçamento”. [...] E aí, o que que acontece, entra ano, sai ano, o que fica de orçamento pra nós é o que sobra.. Atende a educação, atende a saúde [...] e o que sobra vai pra assistência (SCT2).

A influência de fatores políticos relacionados à área assistencial se reflete na exclusão do controle social na alocação dos recursos orçamentários, conforme apontado pelo entrevistado SCT1: “Inclusive a própria construção de orçamento deveria ser feita junto ao conselho [...]. O executivo coloca um valor aleatório: ‘é tanto.’ Por que não dialoga com o conselho?”.

Conforme exposto pela fala seguinte, a falta de transparência na elaboração da peça orçamentária possui uma conotação política, no sentido de manter a assistência relegada a um plano inferior do ponto de vista do orçamento público: “Pra ter transparência com relação a orçamento tem que ter primeiro uma vontade política nesse sentido. Mas não tem...

e eu acho que não vai ter tão cedo. Então... eu acho que cabe aos conselhos reivindicar isso.” (SCT2).

Para que essa reivindicação ocorra, no entanto, é necessário conhecimento do tema e força argumentativa dos sujeitos participantes, o que, conforme apontado, se constitui como um obstáculo aos conselheiros do CMAS Rio nas deliberações do conselho: “A questão do orçamento em si ainda gera muitas dúvidas, as pessoas não se sentem seguras” (GV2); “se eu não entendo, deixo passar, não pressiono certas questões, porque eu não entendo como funciona” (SCT1).

Assim, além dos conhecimentos formais que instrumentalizam as ações de controle no conselho, cabe considerar outros elementos sociopolíticos envolvidos nas deliberações e nas proposições sobre o orçamento.

Entendendo que a argumentação crítica e propositiva nos espaços participativos requer, dentre outros fatores, qualificação para lidar com as informações (HERKENHOFF; RABELO, 2011), depreende-se que a formação do conhecimento sobre orçamento público no conselho estudado constitui um elemento-chave para que as discussões na instituição se aprofundem e superem a lógica limitada do conflito político. Assim, considera-se que, por meio da formação e da qualificação argumentativa dos conselheiros sobre os temas orçamentários tratados nas deliberações do CMAS Rio, seria possível desenvolver um sentido sociopolítico maior da participação relacionado à transformação das estruturas sociais, que na visão gramsciana associa-se a aspectos da “grande política” (SOUZA FILHO; DURIGUETTO, 2016).

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo identificar, na percepção dos entrevistados, como o conhecimento contábil se integra à prática participativa no CMAS Rio. Assim, a partir da imersão no campo, observando assembleias e entrevistando membros do conselho e da SMASDH, foi possível identificar alguns elementos e peculiaridades da construção desses conhecimentos no espaço do conselho.

Por meio das entrevistas foi possível, então, identificar alguns fatores da percepção desses participantes acerca das experiências reais da construção desse conhecimento, sobretudo a necessidade de aproximar os conteúdos contábeis da realidade prática dos participantes. Essa percepção trazida por falas dos entrevistados, aliada ao fato de que

o conselho estudado trata das demandas da população vulnerável, propiciou que a pesquisa se aproximasse dos estudos de Paulo Freire (1967, 1970). Apreciando as obras *Pedagogia do oprimido* (FREIRE, 1970) e *Educação como prática da liberdade* (FREIRE, 1967), o estudo pôde traçar alguns paralelos da metodologia proposta por Freire para a educação básica formal dos oprimidos – que valoriza a aproximação com a própria realidade dos educandos – com a formação dos conselheiros em temas distantes de suas vivências, especialmente em relação ao grupo que representa os usuários assistenciais.

Adicionalmente, essa percepção permitiu trazer ao referencial teórico da pesquisa estudos anteriores que trataram da necessidade de submeter a contabilidade ao debate público (BROWN; DILLARD, 2015) e de envolver grupos não acadêmicos nesse debate, na tentativa de democratizar esse campo do saber (BROWN, 2009; MOERMAN, 2006), incluindo formas alternativas de assimilação do conhecimento contábil pelo público leigo (DAVISON, 2015; MARRIOT; MCGUIGAN, 2018), ideia corroborada pelos participantes do presente estudo.

Pelo exposto, considera-se que ainda há muitos aspectos interessantes a serem analisados pelo campo de pesquisa contábil, não só no CMAS Rio, mas na esfera do controle social como um todo. A pesquisa iniciou buscando realizar um recorte de percepções que permitissem compreender a construção da contabilidade enquanto área do conhecimento em um espaço participativo e termina realizando um convite aos pesquisadores da área contábil: precisamos estar presentes nos espaços de participação social e precisamos sair dos nossos castelos e do exílio acadêmico da contabilidade, de que tratam Brown e Dillard (2015), para nos engajar na vida real, em que o nosso campo de estudo se insere e nos chama. Não basta nos debruçarmos a tentar descrever a atuação da contabilidade nesses espaços; precisamos também estar presentes, entendendo as demandas e buscando democratizar, de alguma forma, os saberes que a universidade nos proporcionou. Conforme salientam Brown e Dillard (2015), democratizar o saber acadêmico não significa desmerecer o conhecimento científico, mas fazer valer o papel social da ciência.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. O controle social e a mediação da política de assistência social na sociedade brasileira na atualidade: indicações para o debate. *Revista de Políticas Públicas*, São Luis, v. 6, n. 1, p. 126-146, 2002.

ABRUCIO, F. L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, p. 41-67, 2005.

ALCHORNE, S. C. A. Das políticas nacionais aos planos municipais: avanço da política pública de assistência social em metrópoles: estudo das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALEKSANDROV, E.; BOURMISTROV, A.; GROSSI, G. Participatory budgeting as a form of dialogic accounting in Russia: actors' institutional work and reflexivity trap. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Bingley, v. 31, n. 4, p. 1098-1123, 2018.

ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 109, p. 68-92, 2012.

AZEVEDO, N. L.; CAMPOS, M. M.; LIRA, R. A. Por que os conselhos não funcionam? Entraves federativos para a participação popular no Brasil. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 439-461, 2020.

BATISTA, C. L. *Informação pública: entre o acesso e a apropriação social*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BITENCOURT, J. V.; PAIVA, A. R.; PAIVA, G. Assistência social em tempos de austeridade: desafios da implementação no município do Rio de Janeiro. *Moitará*, Duque de Caxias, v. 2, n. 4, p. 1-25, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/3DO0p0k>. Acesso em: 24 nov. 2021.

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 109, p. 126-150, 2012.

BROWN, J. Democracy, sustainability and dialogic accounting technologies: taking pluralism seriously. *Critical Perspectives on Accounting*, London, v. 20, n. 3, p. 313-342, 2009.

BROWN, J.; DILLARD, J. Opening accounting to critical scrutiny: towards dialogic accounting for policy analysis and democracy. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, London, v. 17, n. 3, p. 247-268, 2015.

BROWN, J.; DILLARD, J. Accounting education, democracy and sustainability: taking divergent perspectives seriously. *International Journal of Pluralism and Economics Education*, Geneva, v. 10, n. 1, p. 24-45, 2019.

CAMPOS, G. A. G. Participação e representações não avaliativas: a produção de significados nas experiências participativas. In: PIRES, R. R. C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília, DF: Ipea, 2011. v. 7, p. 53-64.

CATCHPOWLE, L.; SMYTH, S. Accounting and social movements: an exploration of critical accounting praxis. *Accounting Forum*, London, v. 40, n. 3, p. 220-234, 2016.

CHUNG, J. O.; WINDSOR, C. A. Empowerment through knowledge of accounting and related disciplines: participatory action research in an African village. *Behavioral Research in Accounting*, Lakewood Ranch, v. 24, n. 1, p. 161-180, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Norma brasileira de contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016*. Brasília, DF: CFC, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3DKfMGW>. Acesso em: 1º ago. 2021.

COSTA, F. M. S.; SAUERBRONN, F. F.; LOURENÇO, R. L. Conselheiros do Fundeb: conhecimento da função e desafios no controle social da educação pública. *Gestão & Regionalidade*, São Caetano do Sul, v. 34, n. 101, p. 56-73, 2018.

DAVISON, J. Visualising accounting: an interdisciplinary review and synthesis. *Accounting and Business Research*, London, v. 45, n. 2, p. 121-165, 2015.

FARIA, C. F.; SILVA, V. P.; LINS, I. L. Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação? *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 7, p. 249-284, 2012.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970.

GALLHOFER, S.; HASLAM, J. Some reflections on the construct of emancipatory accounting: shifting meaning and the possibilities of a new pragmatism. *Critical Perspectives on Accounting*, London, v. 63, art. 101975, 2019.

GOMES, E. G. M. Conselhos gestores de políticas públicas: aspectos teóricos sobre o potencial de controle social democrático e eficiente. *Cadernos Ebape.BR*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 894-909, 2015.

GUERRA, D. M. J. *Ciências e educação popular comunitária: outros saberes, apropriações outras*. Salvador: EDUFBA, 2012.

HARTLEY, J. Case study research. In: CASSELL, C.; SYMON, G. *Essential guide to qualitative methods in organizational research*. London: Sage, 2004. p. 323-333.

HERKENHOFF, M. B.; RABELO, D. C. Controle social e direito de acesso à informação: considerações a partir da política de assistência social. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 82-93, 2011.

JACOBS, K.; CUGANESAN, S. Interdisciplinary accounting research in the public sector: dissolving boundaries to tackle wicked problems. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Bingley, v. 27, n. 8, p. 1250-1256, 2014.

LEAL, D. T. B.; CORNACHIONE JUNIOR, E. B.; CASA NOVA, S. P. C. Pedagogic interventions in public budgeting and contributions of theatrical poetics. *Journal of Arts Management*, Shanghai, v. 3, p. 108-121, 2019.

LOURENÇO, R. L.; SAUERBRONN, F. F. Revistando possibilidades epistemológicas em contabilidade gerencial: em busca de contribuições de abordagens interpretativas e críticas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 99-122, 2016.

LÜCHMANN, L. H. H. A representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 139-170, 2007.

MARRIOTT, P.; MCGUIGAN, N. Visual metaphor and visual tools in accounting education. *Accounting Education*, v. 27, n. 6, p. 549-551, 2018.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2010.

MOERMAN, L. People as prophets: liberation theology as a radical perspective on accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Bingley, v. 19, n. 2, p. 169-185, 2006.

MOLISA, P.; VANDANGOMBO, D.; BROWN, J. Social and environmental accounting in developing countries: challenges, conflicts and contradictions. In: HOPPER, T. et al. (ed.). *Handbook of accounting and development*. Cheltenham: Edward Elgar, 2012. Chapter 16.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. v. 99.

NEU, D.; COOPER, D. J.; EVERETT, J. Critical accounting interventions. *Critical Perspectives on Accounting*, London, v. 12, n. 6, p. 735-762, 2001.

PARKER, L. D.; GUTHRIE, J. Addressing directions in interdisciplinary accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Bingley, v. 27, n. 8, p. 1218-1226, 2014.

PASTOR, M. A democratização da gestão da política de assistência social: fragmentos de um estudo. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 222-227, 2007.

PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009.

PRISCO, T. Comissões Locais de Assistência Social: ampliando as possibilidades de controle social. *Argumentum*, Vitória, v. 6, n. 1, p. 271-282, 2014.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Lei nº 2.469, de 30 de agosto de 1996. Institui o Conselho Municipal de Assistência Social, define seus objetivos, fixa os princípios e diretrizes de sua atuação, dispõe sobre o seu funcionamento, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*: parte 1: Poder Executivo, Rio de Janeiro, 2 set. 1996.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Conselho Municipal de Assistência Social. Deliberação nº 107/2002, de 18 de dezembro de 2002. Altera o texto do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*: parte 1: Poder Executivo, Rio de Janeiro, 20 dez. 2002.

RIO DE JANEIRO (Cidade). Conselho Municipal de Assistência Social. Deliberação nº 295/2007, de 26 de fevereiro de 2007. Torna público o Regimento Interno de normatização e funcionamento das Comissões Locais de Assistência Social. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*: parte 1: Poder Executivo, Rio de Janeiro, ano XX, n. 231, p. 28-29, 28 fev. 2007.

SALVADOR, E. O controle social democrático na gestão e orçamento público 20 anos depois. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). *Seminário nacional: o controle social e a consolidação do estado democrático de direito*. Brasília, DF: CFESS, 2011. p. 19-31.

SANCHIS, I. P.; MAHFOUD, M. Interação e construção: o sujeito e o conhecimento no construtivismo de Piaget. *Ciências & Cognição*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 165-177, 2007.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. *Manual de contabilidade aplicada ao setor público*. 8. ed. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/30VHz96>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SOUZA FILHO, R.; DURIGUETTO, M. L. A questão da política em Gramsci. In: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM ANTONIO GRAMSCI, 1., 2016, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, 2016.

TEIXEIRA, E. C. O controle social a partir das Comissões Locais de Assistência Social na cidade do Rio de Janeiro. 2011. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.